

# O SURGIMENTO DE UMA NOVA FORÇA SOCIAL: O SINDICALISMO CUTISTA

*Paulo Giovanni Antonino Nunes\**

## INTRODUÇÃO

O movimento sindical brasileiro, em linhas gerais, é marcado por três grandes períodos, numa periodização geralmente aceita pelos estudiosos do assunto. O primeiro vai da abolição da escravidão até a “Revolução de 30”, numa fase onde há predominância da corrente anarco-sindicalista, e tem como forma principal de luta a “ação direta” sem a interferência do Estado na relação capital/trabalho, a não ser para reprimir os trabalhadores. O segundo vai da “Revolução de 30” até meados da década de 1970, portanto uma fase bastante longa e por isso os estudiosos do movimento sindical o dividem em vários sub-períodos para melhor analisá-lo. O terceiro período do movimento sindical, inicia-se em meados da década de 1970, com o surgimento do “novo sindicalismo”.

O “novo sindicalismo” surge num momento em que o sindicalismo brasileiro não tinha mais nenhuma representatividade; teve origem no ABC paulista, onde está localizado o maior parque da moderna indústria automobilística e tem como uma de suas principais características

*...a proposta de ampliar a representatividade do Sindicato através da mobilização massiva dos trabalhadores a partir de seus locais de trabalho, em torno de questões salariais ou outras diretamente relacionadas ao processo de produção”.*<sup>464</sup>

Segundo Tavares, o cerne da proposta do “novo sindicalismo”

*...foi a abolição da ingerência estatal no mundo do trabalho (...). O ‘Novo Sindicalismo’ em gestação após-se à política de fixação pelo*

\* Professor de História da UFPB, Campus IV, Mestre em Ciências Sociais pela UFPB e Doutorando em História do Brasil.

<sup>464</sup> SOARES, José A “Os Limites do Novo Sindicalismo no Nordeste, in. Movimentos Sociais Para Além da Dicotomia Rural-Urbano, Recife/João Pessoa: Centro de Estudos Josué de Castro/MCS-MSR-NDIHR, 1985, pags.182-208.

*governo dos índices de reajustes anuais de salários, pregou a negociação coletiva entre sindicatos e empregadores, sem a mediação dos mecanismos Estatais. Para torná-lo possível exigiu a volta ao direito de greve e à liberdade e autonomia sindical”.*<sup>465</sup>

Outras questões que estão presentes nas formulações desta nova corrente sindical

*“...dizem respeito ao combate intransigente dos sindicalistas pelegos e à estrutura burocrática do sindicalismo oficial. Desta forma, as lutas salariais devem caminhar *pari passu* com a luta pela destruição da velha estrutura corporativa”.*<sup>466</sup>

Nosso objetivo neste texto é fazer uma descrição histórica do “novo sindicalismo no Brasil, e especificamente no Estado da Paraíba, do seu surgimento até a criação da Central Única dos Trabalhadores.

## **O “NOVO SINDICALISMO” NO BRASIL: DO SURGIMENTO A CRIAÇÃO DA CUT**

O movimento sindical brasileiro parecia “adormecido” no início dos anos 70, após toda repressão que se abateu sobre ele, a partir do golpe militar de 1964. Todavia, no interior das fábricas existia pequenas mobilizações por melhores condições de trabalho, reajustes salariais, etc., que levava a realizações de “operação tartaruga”, pequenas greves de algumas horas, recusa a fazer hora extra, etc., não visíveis para a sociedade como um todo, mas que serviu para manter a identidade dos trabalhadores enquanto grupo social.

A partir da “distensão”, lenta, gradual e segura, de Geisel em 1974 a conjuntura tornou-se mais favorável para o movimento sindical, e a partir daí foram surgindo fatos que levaram a reorganização do movimento sindical brasileiro, como a campanha de reposição salarial realizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a partir da descoberta da falsificação do índice da inflação para o ano

---

<sup>465</sup> Id. Ibid. p.182

<sup>466</sup> Id. Ibid. p. 182

de 1973.<sup>467</sup> Esta campanha, apesar de não ter sido vitoriosa serviu, segundo Keck, para que os trabalhadores percebessem que o sindicato era alguma coisa além de um serviço de assistência social. Serviu também para que o sindicato percebesse a importância da mobilização dos trabalhadores, já que as lutas anteriores tendiam a ser encaminhadas por meios jurídicos sem a participação dos trabalhadores e a luta pela reposição salarial ajudou a atrair amplos setores sociedade para o movimento. Outro fato marcante foi a realização do V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), realizada no Rio de Janeiro em 1978. Neste encontro, um grupo de sindicalistas dos sindicatos oficiais, entre os quais se encontrava Lula, na época presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, opôs-se à cúpula da CNTI, considerada vinculada aos interesses dos patrões e do governo, e formaram um grupo de oposição, estes sindicalistas passaram a ser denominados desde então, de “sindicalistas autênticos”. Segundo Rodrigues, deste grupo

*“... faziam parte, de um lado, a nova geração de diretores de sindicatos (...) que nesse momento poderiam ser classificados também como ‘independentes’ e, de outro lado, os sindicalistas com vinculação partidária, basicamente com o PCB. (...) Em função da reunião da CNTI, quando os dois grupos se aproximaram na crítica aos dirigentes dessa entidade e na defesa de uma postura mais militante do sindicalismo surgiu um organismo de coordenação, a Intersindical<sup>468</sup> de existência efêmera.<sup>469</sup>”*

<sup>467</sup> O DIEESE descobriu que o governo publicou um índice inflacionário menor do que o realmente havido, com o objetivo de conceder uma menor reposição salarial aos trabalhadores. Esta fraude foi depois confirmada pelo Banco Mundial e publicada na imprensa em 1977 o que desencadeou uma campanha pela reposição do que os trabalhadores tinham perdido na época.

<sup>468</sup> A Intersindical, apesar das divergências entre os sindicalistas “combativos”, liderados por Lula e os “reformistas”, liderados pelos partidos comunistas, se manteve até os momentos que antecederam a criação da CUT em 1983, quando não mais foi possível manter a unidade entre estas correntes.

<sup>469</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins, “As Tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais”, in. BOITO, Jr., A (Org.) O Sindicalismo Brasileiro nos Anos, São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1991, p.15-6.

Outro fato considerado significativo, foi a realização do IX Congresso de Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, em janeiro de 1979. Nele se colocou a criação de uma Central Única dos Trabalhadores como um dos objetivos a ser alcançado pelos trabalhadores e também defendeu a criação de um Partido dos Trabalhadores.<sup>470</sup>

No início dos anos 80, a partir da articulação de setores vinculados a Igreja Católica, dos denominados “sindicalistas autênticos” e das oposições sindicais foram realizados vários encontros de trabalhadores a nível nacional. Em 1980 realizaram-se os Encontros de João Monlevade e o Encontro de São Bernardo<sup>471</sup>, e em 1981, o Encontro de Vitória. Destes encontros participaram líderes de pastorais operárias, de movimentos populares, de atividades comunitárias de base, das oposições sindicais e os diretores dos sindicatos oficiais, sendo que do terceiro encontro citado, os comunistas vinculados ao PCB não mais participaram.<sup>472</sup> Nestes encontros foram sendo formulados os princípios que irão nortear o futuro sindicalismo cutista. No Encontro de João Monlevade se definiu alguns princípios básicos, no sentido de democratizar a estrutura sindical, como o fim da CLT e sua substituição por um código de trabalho, o estabelecimento de contratos coletivos de trabalho em lugar dos contratos individuais, a liberdade e a autonomia sindicais, de acordo com a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho, com a preservação do princípio da unidade sindical, o fim da legislação restritiva ao direito de greve, a negociação direta entre empregados e empregadores, com o fim de intermediação do Estado. O Encontro também recomendou um constante contato entre os membros do movimento sindical e popular

---

<sup>470</sup> A proposta de criação do Partido dos Trabalhadores foi levada ao referido Congresso pelo então deputado federal do MDB paulista Benedito Marcilio, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, tendo sido aprovada passou a constar nas resoluções do mesmo.

<sup>471</sup> Este Encontro terminou acontecendo em Taboão da Serra (SP), mas como ele estava previsto para São Bernardo, não acontecendo lá devido a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, pelo governo federal, manteve o nome de “Encontro de São Bernardo”.

<sup>472</sup> “De início, houve a tentativa de puxar para a ANAMPOS os sindicalistas da área chamada de reformista, como Arnaldo Gonçalves, presidente dos metalúrgicos de Santos e dirigente do Partido Comunista Brasileiro. A idéia era ganhar os reformistas e fazê-los se distanciar dos pelegos. Em curto espaço de tempo, essa tática se manifesta inviável. Os sindicalistas autênticos se aproximam cada vez mais das oposições sindicais e se afastam de companheiros de viagem que tinham práticas cada vez mais discordantes” (GIANNOTTI e NETO, 1990:35, Apud, RODRIGUES, 1991:21).

para troca de experiências, o que seria a origem de uma futura organização intersindical. O Encontro de São Bernardo, além de reafirmar as reivindicações do encontro anterior, acrescentou outras, inclusive de cunho mais radical, entre elas a luta pela reforma agrária, a necessidade de se criar um partido político dos trabalhadores, de se criar uma nova estrutura sindical e uma Central Única dos Trabalhadores. O Encontro de Vitória foi marcado pela aproximação mais efetiva dos militantes da Igreja Católica com os sindicalistas “autênticos”, sendo que desse grupo já não fazem parte, como vimos, os comunistas vinculados ao PCB, que também já não participam desse encontro.

Ao mesmo tempo que acontecia a articulação dos dirigentes sindicais ligados a corrente dos “autênticos” e dos movimentos da ala esquerda da Igreja Católica, também os trabalhadores das “oposições sindicais” procuravam se articular. Este militantes se reuniram inicialmente no Primeiro Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, realizado em 1979. Em 1980 aconteceu o Encontro Nacional das Oposições Sindicais (ENOS), até então só participavam destes encontros militantes que não faziam parte das direções sindicais. Mas, apesar de algumas divergências, acabou acontecendo uma aproximação com os dirigentes sindicais “independentes”, mas especificamente com a corrente liderada por Lula. Após esta aproximação, realizou-se o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), realizado no Rio de Janeiro, ainda em 1980, com a participação dos dirigentes sindicais “independentes” e os militantes da oposição sindical.

Após a realização destes encontros se definiram as principais correntes do movimento sindical “combativo” que iria participar conjuntamente, pela primeira e última vez de um encontro nacional de trabalhadores, a CONCLAT (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras), que indicou a criação da Central Única dos Trabalhadores, já que no momento da criação da Central essas forças não estavam mais juntas.

Rodrigues aponta quatro correntes principais, que estavam presentes no movimento sindical brasileiro às vésperas da CONCLAT, em 1981. Primeira, a Unidade Sindical composta por sindicalistas que seguiam a orientação do PCB, do PC do B e do MR-8. Esta tendência era contra a criação do PT; insistia na necessidade de aliança com o PMDB e outros setores sociais para garantir a

transição democrática; defendiam que a mobilização dos trabalhadores deveriam ser feitas com a prudência para evitar um confronto com os militares, que pudesse retardar ou fazer retroceder a abertura democrática. Esta corrente era contra à Convenção 87, em nome da manutenção da unidade sindical. Segundo Rodrigues

*“...os membros da US defendiam a autonomia dos sindicatos frente ao Estado (quer dizer o fim do direito de intervenção do Ministério do Trabalho nos assuntos internos dos sindicatos) mas não a liberdade sindical, se com isso se entende a completa liberdade de organização sindical por parte dos trabalhadores, sem necessidade de reconhecimento pelo Estado”<sup>473</sup>*

Segunda, o bloco dos sindicalistas “independentes” também denominados “autênticos” e mais tarde de “combativos”. Era composto por sindicalistas que entraram em conflito direto com o Ministério do Trabalho, o que desencadeou várias greves, além de levantar reivindicações contrárias a política salarial do governo. De acordo com Rodrigues

*“Política e ideologicamente, esse grupo não estava bem definido. Na ocasião, seus membros poderiam ser considerados como sindicalistas que lutavam por mais espaço de negociação com as empresas e se chocavam contra algumas normas que regulavam a atividade sindical, fundamentalmente o controle que o Ministério do Trabalho exercia sobre os sindicatos”<sup>474</sup>*

Terceira, as “oposições sindicais” compostas por militantes sindicais que estavam em oposição às diretorias consideradas acomodadas ou “pelegas”. No interior desta facção existiam “obreiristas” radicais, que defendiam a ação direta e repudiavam a atuação parlamentar, mas a maioria de seus militantes estava ligada a Igreja Católica através das pastorais operárias. Se diferenciavam dos “autênticos”, por valorizarem as comissões de fábrica como

<sup>473</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins. Op. Cit., p. 28.

<sup>474</sup> Id. Ibid. p. 29.

organizações autônomas dos trabalhadores, fora do controle das diretorias dos sindicatos. Finalmente, a “extrema” esquerda, que era composta por vários grupos de ativistas sindicais ou de militantes políticos dos pequenos partidos de ideologia leninista. Estavam próximos de um sindicalismo revolucionário e tinham como objetivo a luta pelo socialismo através de uma prática radical destinada à permanente agudização do conflito social, mais do que o retorno a democracia, ou a ampliação do espaço dos sindicatos e das classes trabalhadoras dentro do sistema.

Mesmo com muitas divergências estas quatro correntes participaram conjuntamente da 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), em Praia Grande, litoral do Estado de São Paulo, em agosto de 1981, da qual participaram 912 entidades entre sindicatos, associações pré-sindicais, associações profissionais, federações e confederações. Estiveram presentes neste evento 5.059 delegados, todos eleitos em assembléias de suas respectivas categorias, além de 12 Centrais Sindicais de vários países. Estavam representados nesta CONCLAT 12 milhões de trabalhadores. Estes delegados presentes conseguiram manter a unidade aparente, formando a Comissão Nacional Pró-Central Única dos Trabalhadores, que ficou encarregada de preparar no ano seguinte, 1982, um novo congresso para criar uma Central Única dos Trabalhadores. Mas a corrente majoritária dentro da Comissão, dificultou a realização do congresso para a formação da Central, apesar da pressão da ala esquerda da Comissão, formada pelo bloco dos combativos, alegando que não havia condições financeiras para preparar o congresso neste ano, além de que, por ser um ano de importantes eleições não era propício para a realização da CONCLAT.

No ano de 1982 os sindicalistas “independentes”, juntamente com as oposições sindicais e os grupos de “extrema esquerda”, com a hegemonia dos militantes vinculados a Igreja Católica fundaram em um encontro em Goiânia, a ANAMPOS (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical). Neste encontro se afirmou a necessidade de evitar o adiamento do próximo CONCLAT e de se criar uma CUT, “pela base”, isto é, com a participação também das oposições sindicais e as associações pré-sindicais e não somente os sindicatos, federações e confederações da estrutura oficial.

Estes sindicalistas que passam a fazer parte da ANAMPOS realizaram em São Bernardo (SP), nos dias 26, 27 e 28 de agosto de

1983 a I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (I CONCLAT)<sup>475</sup>, na qual decidiram pela formação da Central Única dos Trabalhadores. Os sindicalistas vinculados a “unidade sindical”, juntamente com os “pelegos”<sup>476</sup>, realizaram, em novembro do mesmo ano, um Congresso Nacional, ao qual deram também o nome de CONCLAT, este congresso criou uma entidade nacional que manteve a sigla CONCLAT, com o nome Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora, para se contrapor a Central, e em 1986, em outro congresso, este grupo fundou a Central Geral dos Trabalhadores - CGT.

A partir daí a Central Única dos Trabalhadores - CUT, se consolidou como maior e mais importante entidade sindical dos trabalhadores brasileiros, tendo se estabelecido em todo o país.

Rodrigues afirma que alguns fatores contribuíram para a reorganização do movimento sindical brasileiro, da forma que foi descrita acima. Primeiro, “...o regime militar não destruiu a estrutura sindical oficial que foi aproveitada a nível material pelo novo sindicalismo”<sup>477</sup>, segundo, “... o surgimento de novos sindicalistas desligados dos comunistas e dos janguistas...” e finalmente,

“...a mudança na política da Igreja Católica ou de suas alas ‘progressista’ com relação não apenas aos movimentos populares mas também ao sindicalismo propriamente dito, mudança que resultou na aproximação dos movimentos populares controlados ou influenciados pela Igreja, com as novas lideranças do denominado ‘sindicalismo autêntico’ que surgiu no ABC e em outras regiões do país(...). Ao avançar a transição democrática, estreitou-se a ligação dos sindicalistas ‘autênticos’ com setores ‘progressistas’ da Igreja, fato que proporcionaria ao movimento sindical não apenas um apoio material mas também uma cobertura política de parte de uma instituição poderosa e legítima”<sup>477</sup>.

<sup>475</sup> Este congresso ficou sendo o Congresso de Fundação da CUT.

<sup>476</sup> Sindicalista acomodado e comprometido com os patrões e o governo.

<sup>477</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins, Op. Cit., p. 14.



Jácome destaca como fatores primordiais para a reorganização do movimento sindical, além do papel desempenhado pelos militantes vinculados a Igreja Católica, a atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e da oposição sindical do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Segundo ele, o encontro das concepções e práticas dos sindicalistas de São Bernardo e da oposição metalúrgica de São Paulo<sup>478</sup> “... criarão condições para o aparecimento de um novo tipo de ação sindical, conhecido inicialmente como ‘novo sindicalismo’, em contraposição à atividade sindical vigente no período anterior a 64...”<sup>479</sup>

## O “NOVO SINDICALISMO” NA PARAÍBA: DO SURGIMENTO A CRIAÇÃO DA CUT/Pb

Quando, no final da década de 1970, começaram a surgir as primeiras oposições sindicais em João Pessoa, todos os sindicatos/associações da cidade se caracterizavam por práticas assistencialistas e pouco mobilizadoras da categoria. Com exceção da ADUF/JP, fundada em outubro de 1978 e que já nasceu dentro do campo do sindicalismo combativo, como podemos constatar nesta entrevista de Edivan Silva, dirigente sindical, representante da corrente dos “combativos”, “...então no geral, a maioria dos sindicatos aqui eram tudo ligado ao movimento de direita (...) justamente tudo ligado e a trabalho”.<sup>480</sup> Ou, como demonstra também este fato acontecido após a vitória da chapa “ZÉ PIÃO”, em 1986, que vinha fazendo oposição a diretoria do Sindicato da Construção Civil, desde 1979<sup>481</sup>

*...foram removidos os quadros que se acumulavam na sala de reunião, com fotos emolduradas, tanto de antigos presidentes do sindicato, como de ex-presidentes da*

---

<sup>478</sup> As principais concepções e práticas que estão ligadas a estes grupos são as seguintes: a luta por demandas igualitárias, organização pela base, demandas relacionadas a questões do ambiente do trabalho, substituição da CLT e o fim da estrutura sindical atrelada ao Estado, contrato coletivo de trabalho, pluralismo, autonomia e liberdade sindical e comissões de empresa no interior das fábricas, enfim, “um sindicalismo de massas e democrático”.

<sup>479</sup> JÁCOME, Iram. Trabalhadores, Sindicalismo e Democracia: A Trajetória da CUT, São Paulo, Tese de Doutaramento, USP, 1993.

<sup>480</sup> Entrevista concedida a Secretária de Formação da CUT/PB.

<sup>481</sup> Em 1979, inicia-se a oposição, mas a denominação “ZÉ PIÃO” só se dá em 1983.

*República, do período da ditadura militar. Este ato marcou similarmente a ruptura com uma política sindical de colaboração com o governo e os patrões, época em que o sindicato ficou reduzido à práticas assistencialistas”.*<sup>482</sup>

Na conjuntura de 1979, começam a surgir de forma mais concreta as oposições sindicais, que irão combater este sindicalismo. O trabalho de base, como vimos, iniciou-se desde 1975, por iniciativa de militantes da Igreja Católica, e intensificou-se com a criação da Pastoral Operária, no ano seguinte. Papel de destaque teve neste período, a oposição à diretoria da AMPEP, ao Sindicato da Construção Civil e ao Sindicato dos Têxteis.<sup>483</sup>

A AMPEP foi fundada em 1974, mas até 1978 não atuava de forma combativa no interesse da categoria. No I Ciclo de Debates sobre Educação de 1º e 2º Graus, realizado em março de 1979, devido os baixos salários da categoria e a influência das greves que vinham acontecendo no ABC paulista, os professores presentes resolveram encaminhar ao governador do Estado da Paraíba uma proposta de 100% de reajuste salarial e deram um prazo para o atendimento à sua reivindicação, caso contrário entrariam em greve. Como não tiveram sua reivindicação atendida, os professores resolveram, em assembléia realizada no 1º de maio de 1979, entrar em greve. Apesar da participação da diretoria da AMPEP no comando de greve,

*“...o trabalho de divulgação que preparou a greve de 1979 foi assumido principalmente por professores que faziam oposição à diretoria então em exercício. Este mesmos professores foram os realizadores do I Ciclo de Debates...”*<sup>484</sup>

A greve durou doze dias e conseguiu um aumento salarial de 80%.

---

<sup>482</sup> AMADO, Vanderley. A Engajamento nos Movimentos Sociais: A Origem do “Zê Pião”, Movimento de Oposição Sindical dos Trabalhadores da Construção Civil de João Pessoa, João Pessoa, Dissertação de Mestrado em Psicologia – UFPB, 1988.

<sup>483</sup> Não é nossa intenção fazer uma história específica do sindicato desta três categorias, apenas destacaremos seus papéis enquanto categorias representativas no surgimento do “novo sindicalismo” na Paraíba, e na criação da CUT/PB.

<sup>484</sup> MADEIRA, Maria T. C. O Novo Sindicalismo e os Movimento dos Professores de 1º e 2º Graus da Paraíba, João Pessoa, Dissertação de Mestrado, MSS-UFPB, 1986.

Após a greve, a diretoria da AMPEP foi destituída por uma assembléia de professores, por considerar “razoável” a proposta do governo sem que a assembléia dos professores houvesse se manifestado e por irregularidades financeiras. A oposição representada pelo CEDEPE (Centro de Estudos e Problemas Educacionais)<sup>485</sup> assume provisoriamente a entidade. Ambas as diretorias, a de direito e de fato ficam brigando pela direção da entidade até a realização das eleições.

Em 1980, a chapa de oposição NOVAMPEP vence as eleições para a entidade, com 1.059 votos num total de 1.581. A partir daí é a diretoria da AMPEP que vai encaminhar as reivindicações da categoria, organizar encontros, liderar as greves da categoria, apesar de todas as dificuldades, inclusive duas intervenções econômicas por parte do governo do Estado<sup>486</sup>.

Com relação à questão organizativa,

*“...a NOVAMPEP buscou uma maior estruturação dos seus organismos de base, através da formação do Conselho de Representantes, partindo da eleição dos representantes da escola”*<sup>487</sup>.

Esta tentativa não foi bem sucedida.<sup>488</sup> Ainda em relação a esta questão, a AMPEP introduziu em seu novo estatuto, aprovado em 1982, duas modificações fundamentais: o Congresso Estadual dos Professores (instância de deliberação máxima do movimento) e a ampliação da diretoria. Quanto a questão democrática

*“...começava a ser colocada pelos professores. Uma das características da nova direção da AMPEP era justamente o direito de democracia interna do movimento. Exemplo disso foi a polêmica entre o Governador e o presidente da AMPEP, durante as negociações da greve de 1981, quando este se negava a qualquer acordo*

---

<sup>485</sup> O CEDEPE funcionava dentro AMPEP como um “poder paralelo”.

<sup>486</sup> A mensalidade paga pelos associados da entidade é descontado em folha e repassado pelo Governo do Estado a mesma. No ano de 1981, no primeiro governo de Tarcísio Burity o Estado deixou de recolher esta contribuição, que passou a ser paga pelos associados na própria Associação. O mesmo fato aconteceu em 1985 no governo de Wilson Braga.

<sup>487</sup> MADEIRA, Maria T. C. Op. Cit. P.123.

<sup>488</sup> Segundo Madeira (1986), não houve adesão da categoria a esta idéia, formulada pelas lideranças do movimento.

... *que não fosse a decisão da assembléia geral dos professores*".<sup>489</sup>

Madeira aponta alguns pontos comuns entre o "novo sindicalismo" do ABC paulista e a AMPEP. Além da luta contra os baixos salários, ela destaca: apoio da sociedade civil ao movimento grevista; repressão buscando desmoralizar o movimento; o fato de ter sido precedida de encontros preparatórios onde questões da classe foram discutidas, e de ter assimilado as novas formas de organização e mobilização, encontrados também em outras categorias, como manifestações, passeatas, atos públicos; respeito à democracia direta, via assembléia da categoria. Após a conquista das direções sindicais "...a manutenção de uma posição oposicionista declarada, frente ao regime e a estrutura sindical" e "...a preocupação de não se isolar enquanto categoria e vincular-se a outros trabalhadores, buscando romper a estrutura sindical atrelada ...".<sup>490</sup>

Quanto ao Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de João Pessoa, Amado afirma que este

... *"...partilhava com sindicatos de outras categorias da Paraíba e com sindicatos da construção civil no Brasil uma atuação numa linha de perfeita sintonia com o governo e de absoluta indiferença em relação aos problemas reais da categoria"*.<sup>491</sup>

Apesar do trabalho constante da Pastoral Operária junto a categoria, desde 1976, ela não conseguiu organizar-se enquanto oposição sindical, tanto pela desconfiança dos trabalhadores em relação ao sindicato, quanto pela própria estrutura organizacional da Pastoral Operária, que trabalhava com a comunidade inteira, e não com uma categoria específica, mas

... *"...a oportunidade surge com a aproximação da assembléia sindical da categoria para deliberar os termos da Convenção Coletiva de Trabalho (...). A campanha salarial de 79 foi a primeira intervenção organizada específica dos trabalhadores da construção civil da Pastoral Operária, correspondendo ao primeiro*

<sup>489</sup> MADEIRA, Maria T. C. Op. Cit. P. 128.

<sup>490</sup> Id. Ibid. p. 148.

<sup>491</sup> AMADO, Vanderley A Op. Cit. P. 85.

*momento de organização por categoria (...). A decisão da Pastoral Operária de divulgar e mobilizar para a assembléia e formar uma comissão para conduzir a campanha salarial é uma novidade, quebra uma tradição de mais de vinte anos, em que a diretoria encaminhava tudo sozinha, sem a participação da categoria*<sup>492</sup>.

A assembléia da categoria para definir as bases da convenção coletiva, que se realizou no sindicato

*"...foi bastante tumultuada pela falta de espaço para todos que compareceram e pelas manobras do presidente que chegou a chamar a polícia porque se sentia ameaçado. Quando a assembléia foi encerrada parecia que as propostas da CTCC<sup>493</sup> tinha prevalecido, menos a decretação de assembléia permanente e a comissão salarial<sup>494</sup>. No entanto, a ata oficial (...) é bem diferente. Consta somente a aprovação em escrutínio secreto (tão secreto que ninguém viu) em uma urna de proposta da diretoria do sindicato. Consta também as ameaças de agressão física ao presidente"*<sup>495</sup>.

A CTCC continua se reunindo durante o período das negociações, tentando influenciar no resultado destas, mas o presidente do sindicato faz de tudo para intimidar os trabalhadores. Faz sumir as fichas de registro de pessoas que se manifestaram nas assembléias, cassa a palavra destes nas reuniões e divulga uma lista negra nas firmas, para impedi-los de arranjar emprego.

Mesmo após toda esta mobilização a categoria da construção civil não conseguiu organizar uma chapa para as eleições sindicais de 1980, tanto pela repressão desencadeada pelo presidente do sindicato, quanto por divergências internas do movimento, entre militantes do

---

<sup>492</sup> Id. Ibid. p. 91.

<sup>493</sup> Comissão dos Trabalhadores da Construção Civil.

<sup>494</sup> Além destas citadas a CTCC apresentou as seguintes propostas: reajuste salarial de 100%; pisos salariais para as diferentes funções exercidas no processo de trabalho e melhores condições de trabalho.

<sup>495</sup> AMADO, Vanderley A Op. Cit. p. 94.

Partido dos Trabalhadores e da Pastoral Operária. Somente em meados de 1981, é que alguns trabalhadores dão continuidade ao trabalho de oposição sindical na construção civil, e com novos trabalhadores que não participaram da campanha salarial de 1979.

*“...com os novos personagens, o grupo de oposição se consolida, enfrentando as eleições sindicais de 1983, quando foi derrotado em virtude das manobras do presidente do sindicato para ser reeleito. Depois, nas eleições de 86, numa nova conjuntura política e sindical, ganhou o sindicato. A primeira campanha salarial que organizam corresponde também primeira greve dos trabalhadores da construção civil de João Pessoa em mais de vinte anos ...”*<sup>496</sup>

A organização sindical dos trabalhadores têxteis de João Pessoa também foi iniciada pela Pastoral Operária e por militantes de esquerda que atuavam no meio sindical paraibano<sup>497</sup>. No ano de 1977 foi fundada, pela categoria, a Associação dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem de João Pessoa, devido as dificuldades para se obter reconhecimento do Estado, necessário nesta época. Em 1979, finalmente, acontece o reconhecimento e o órgão se transforma em sindicato. Desde a fundação a entidade passa a ser dirigida por sindicalistas não “combativos”. Surge então uma oposição a diretoria da Associação e posteriormente, do Sindicato, formado principalmente por dissidentes da atual diretoria, com apoio da Pastoral Operária e de militantes do Partido dos Trabalhadores. Em 1982 formam uma chapa e ganham as eleições do Sindicato dos Têxteis.

Os trabalhadores que participavam do 1º Encontro da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais da Paraíba (ANAMPOS/PB), em outubro de 1982, fizeram uma síntese das táticas utilizadas para tomar os sindicatos das mãos dos “pelegos”

---

<sup>496</sup> Id. Ibid. p. 132.

<sup>497</sup> Mas segundo Lima e Ferreira (1996), “Inicialmente, as práticas sindicais contaram com o apoio de algumas fábricas, talvez devido a inexistência da tradição de conflitos e enfrentamentos. [no setor têxtil do Estado da Paraíba] tanto assim que, na medida que foram assumindo uma prática combativa e se destacando nas lutas dos trabalhadores do Estado, tal apoio foi sendo progressivamente retirado” (:95).

na Paraíba, especificamente, no caso do Sindicato dos Têxteis ele afirmam que foram desenvolvidos os seguintes trabalhos

*...formação de comissões de trabalhos, iniciando com 3 e posteriormente eram 5 envolvendo um total de 60 pessoas; as comissões de trabalho fizeram torneios, passeios, para melhor se ligarem com os companheiros e só depois de algum tempo se apresentaram como oposição; iniciaram a campanha de sindicalização, já discutindo com os companheiros como deveria ser o "novo" sindicato; participação ativa nas assembléias do sindicato"*<sup>498</sup>.

A nova diretoria eleita adota uma prática sindical reivindicativa. Em fevereiro de 1983 liderava a primeira greve da categoria, na CITEX, com duração de três dias e consegue 20% de aumento salarial. Além de encaminhar as lutas específicas da categoria, com a nova diretoria do Sindicato

*...iniciou-se um processo de participação em Congressos, tanto no Encontro Nacional da Classe Trabalhadora - ENCLAT, como no Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, CONCLAT. O Sindicato filiou-se a Central Única dos Trabalhadores - CUT, e o órgão passa a ter o reconhecimento e legitimidade nacional através destas experiências"*<sup>499</sup>.

Bandeira traça um perfil das lideranças têxteis em João Pessoa *"... todos têm raízes na cultura fabril"*<sup>500</sup> e na emergência dos movimentos sociais *(...) originários das organizações populares, associações de moradores (...) esse movimento todo ocorreu na década de setenta. Isso significa que muitas já trazem uma prática de luta e resistência, que deslocam para o espaço da fábrica"*<sup>501</sup>. Segundo os autores, provavelmente são essas características que

<sup>498</sup> Relatório da Anampos, 1982.

<sup>499</sup> BANDEIRA, Lourdes. (Coord), A Formação Histórica do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de João Pessoa, João Pessoa, NDIR-UFPPB (Relatório de Pesquisa), 1991.

<sup>500</sup> Esta afirmação de que os trabalhadores têxteis são portadores de uma "cultura fabril", precisa ser relativizada devido as próprias características existentes na indústria de João Pessoa.

<sup>501</sup> BANDEIRA, Lourdes. Op. Cit. p. 41.

explicam a combatividade e o engajamento das lideranças têxteis de João Pessoa.

Estas entidades tiveram uma contribuição enorme na construção da CUT/Pb, principalmente a AMPEP e o Sindicato dos Têxteis, como pudemos verificar em entrevista concedida por Agamenon Vieira, ex-dirigente da AMPEP e da CUT/Pb. Agamenon, respondendo a questão se a iniciativa da criação da CUT/Pb partiu da AMPEP, diz

*“...poderia até dizer que não a iniciativa de criar, mas era onde se encontrava o movimento. Então, se havia um movimento, e aí a AMPEP e os Têxteis eram os dois sindicatos, inclusive sustentando, poderia dizer assim, do econômico, com toda debilidade dessas entidades (...), elas sustentaram a idéia depois começaram a sustentar a CUT, a CUT não existia, existia na pasta dos militantes dos têxteis de da AMPEP...”*

Perguntado sobre a estrutura financeira da Central na Paraíba, Agamenon responde

*“... nós estamos fazendo uma entrevista em cima de uma mesa que veio da Associação do Magistério do Estado da Paraíba (...) infraestrutura não existia, tinha um fichário que era do Sindicato dos Têxteis. A gente quando conseguia pagar uma passagem pela Associação porque geralmente, os militantes eram os mesmos, eles iam fazer uma reunião numa cidade dessa, também iam falar da CUT (...). E as vezes a gente conversava, dizendo que a Central era como aquele tucano, não aquele do Mário Covas, mas o tucano do mato, que tem um bicão, faz uma zoada muito grande, agora o corpinho é bem pequenininho...”*<sup>502</sup>

---

<sup>502</sup> Entrevista concedida a Secretaria Formação da CUT/PB.



Os atuais dirigentes do SINTEP, por nós entrevistados, confirmam a importância desta entidade <sup>503</sup>, na fundação da Central Única dos Trabalhadores no Estado da Paraíba, segundo eles:

*"...é bom que se diga que o SINTEP ele é um dos responsáveis pela existência da CUT aqui no Estado da Paraíba..."*

*"...nós somos na prática os fundadores da CUT na Paraíba, a primeira Comissão Provisória da CUT fomos nós da direção da AMPEP, então fomos nós que fundamos..."*

*"... a primeira entidade a nível de Estado da Paraíba que foi filiada a CUT foi a AMPEP, a segunda Têxteis, eram os dois sindicatos que no momento estavam trabalhando no processo, a AMPEP era de certa forma, antes da criação da CUT, aqui, a nível de Paraíba era [quem] fazia o papel da CUT, era quem tentava aglutinar todo mundo, através de curso de formação, o papel que a Secretaria de Formação da CUT tem para fazer hoje, até 83, 84, por aí assim, foi feito pela AMPEP, ela quem fazia curso de formação sindical para outras categorias..."* <sup>504</sup>

Também um dos atuais dirigentes do Sindicato dos Têxteis, confirma a importância deste e do SINTEP, na fundação da CUT na Paraíba:

*"...dois sindicatos aqui que comandaram aqui, tanto [a fundação da] CUT, como foi os dois primeiros filiados, foi o Sindicato dos Têxteis e a AMPEP (...) a CUT vivia dentro do Sindicato dos Têxteis, a gente tinha uma salazinha, um armariozinho..."*

Um dos atuais dirigente do Sindicato da Construção Civil, diz que na época da fundação da CUT na Paraíba, o grupo "Zé Pião", que naquele momento era oposição a diretoria do Sindicato da Construção

<sup>503</sup> Na época, com já afirmamos, esta entidade era uma associação, com o nome de AMPEP.

<sup>504</sup> Entrevista concedida ao autor.

Civil também participou do processo de criação desta, na qualidade de oposição sindical, segundo ele:

*"...a gente já na época da oposição, até 86, quando a gente era oposição, a gente tinha uma afinidade com a CUT, inclusive nós como oposição, o grupo Zé Pião, como oposição, participou da fundação da CUT, de toda discussão dos ENCLATs, CONCLATs, toda discussão de fundação da CUT..."*<sup>505</sup>

Os sindicalistas paraibanos, identificados com as propostas do "novo sindicalismo" promoveram e participaram dos vários encontros e congressos que antecederam a criação da CUT em agosto de 1983, a exemplo dos ENCLATs, ENTOES, CONCLATs, encontros da ANAMPOS, da Intersindical, etc. Neste período, existiam duas correntes disputando a hegemonia do movimento, conforme análise dos próprios trabalhadores, realizada no Primeiro Encontro da Articulação dos Movimentos Populares e Sindicais da Paraíba (ANAMPOS-PB):

*"... existe uma infinidade de tendências que se agrupam em duas correntes opostas. Há a corrente que defende a participação das bases no processo de decisão e encaminhamento das lutas de forma independente. Nesta corrente, se encontra hoje, a maioria dos companheiros que se destacam nas lutas do movimento operário popular ocorrido após o golpe de 1964.*

*Esta corrente, é hoje identificada com o nome de ANAMPOS (...). A outra corrente, tem uma fé muito grande nas cúpulas, nas lideranças. As bases para esta corrente só servem como "cabeceiro" de luta.*

*Na luta sindical, esta corrente ajuda algumas diretorias de sindicatos conhecidos como traidores do movimento operário (...). Alguns jornais fazem a defesa constante desta corrente (jornais "Hora do Povo", "Voz da Unidade" e "Tribuna da Luta Operária").*

<sup>505</sup> Id. Ibid.

*Esta corrente é conhecida pelo nome de Unidade Sindical (...). Este nome foi criado de propósito para enganar os trabalhadores, pois na verdade, o que ele defende é uma unidade das cúpulas sindicais.*

*O confronto maior destas correntes se dá na proposta de criação da Central Única dos Trabalhadores - CUT.*

*Para a ANAMPOS, a CUT deve ser formada com companheiros de base, combativos, sindicalistas autênticos e oposições sindicais que lutam contra a pelegagem. Já para a Unidade Sindical, a CUT deve ser formada através de acordos entre dirigentes sindicais, Federações e Confederações, sem representantes de base e sem a participação dos outros organismos de luta sindical e popular dos trabalhadores”<sup>506</sup>*

A corrente denominada ANAMPOS foi quem encaminhou a criação da CUT, no 1.º CONCLAT, em São Bernardo, SP, nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 1983, concretizando um racha no movimento sindical, já que a corrente Unidade Sindical opôs-se a esta decisão e em novembro do mesmo ano criou a CONCLAT, posteriormente, Central Geral dos Trabalhadores.

Na Paraíba, apenas duas organizações sindicais com algum peso participaram do processo de criação da Central, a AMPEP e o Sindicato dos Têxteis, além de alguns sindicatos de trabalhadores rurais e membros de oposições sindicais.

O Congresso de Fundação da CUT/Pb foi realizado no Centro de Vivência da Universidade Federal da Paraíba, com a participação de 123 delegados, representando entidades urbanas e rurais. A partir daí, a organização regional vem tendo significativo aumento de filiações, contando hoje nos seus quadros com 89 sindicatos filiados.

O ex-presidente da CUT/Pb, José Raimundo de Andrade, o “Lé”, atribui os seguintes fatores para o crescimento da organização regional

---

<sup>506</sup> Relatório da Anamos, 1982.

“... coerência da CUT com suas posições. No momento da construção ela foi atacada, por setores mais atrasados do movimento sindical (...) pelos patrões, pelo governo de todas as formas (...). Mas manteve sua coerência de defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores, isso sem dúvida deu credibilidade (...); a questão da entrada do campo na Central ...; outra questão é dos servidores públicos. A CUT cresceu muito na questão do serviço público ...”.

Dé aponta como grande vitória da CUT/Pb o fato de ela ser acreditada pelos trabalhadores

“... eu acho que a Central teve um grande ganho de ser acreditada: os trabalhadores acreditam na CUT. Hoje, em qualquer parte onde a gente vai, (...) se escuta falar da CUT, seja pelos trabalhadores rurais ou urbanos ...”.

Com relação as limitações da Central, diz Dé

“... questões que a gente planejou e não fez, isso é angustiante (...). Planejar, saber que por ali vai dar certo e não conseguir realizar. Isso aí é uma limitação que nós temos, é uma grande dificuldade ...”<sup>507</sup>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEM, Silvio Frank. *História do Sindicalismo no Brasil*. Uma Periodização. In *Universidade e Sociedade*. n° 01, Brasília, 1991.
- ALMEIDA, Maria Herminia T. de. *O Sindicato no Brasil*. Novos Problemas, Velhas Estruturas. In *Debate & Crítica*, n° 06, São Paulo, jul. 1975.
- AMADO, Vanderley A. *Engajamento nos Movimentos Sociais: A Origem do “Zé Pião”, Movimento de Oposição Sindical dos Trabalhadores da Construção Civil de João Pessoa*. João Pessoa, Dissertação de Mestrado em Psicologia - UFPb, 1988.
- ANTUNES, Ricardo. *O Novo Sindicalismo*. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

---

<sup>507</sup> Entrevista concedida a Secretaria de Formação da CUT/PB.

- BANDEIRA, Lourdes. (Coord), **A Formação Histórica do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de João Pessoa**. João Pessoa: NDHIR-UFPb (Relatório de Pesquisa), 1991.
- BOITO Jr., Armando. **O Sindicalismo de Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Reforma e Persistência da Estrutura Sindical*. In BOITO Jr. (Org). **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: Difel, 1984.
- GARCIA, Marco Aurélio. *São Bernardo*. A (Auto) Construção de um Movimento Operário: Notas para Discussão. In **Desvios**, n.º 01, São Paulo, nov. 1982.
- GIANNOTTI, Vito. & LOPES NETO, Sebastião. **CUT por Dentro e por Fora**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- \_\_\_\_\_. **CUT Ontem e Hoje**. São Paulo: Vozes, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Para Onde Vai a CUT?** São Paulo: Vozes, 1991.
- JÁCOME, Iram. **Trabalhadores, Sindicalismo e Democracia**. A Trajetória da CUT. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 1993.
- KECK, Margáret. *O 'Novo Sindicalismo' na Transição Brasileira*. In STEPAN,
- MADEIRA, Maria T. C. **O Novo Sindicalismo e o Movimento de Professores de 1º e 2º Grau da Paraíba**. João Pessoa: Dissertação de Mestrado, MSS-UFPb, 1986.
- MORONI, Amberis. **A Estratégia da Recusa**. Análise das Greves de Maio de 78. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MOISÉS, José Álvaro. *Qual é a Estratégia do Novo Sindicalismo?*. In J.A. Moisés (et alii) **Alternativas Populares de Democracia**. Brasil Anos 80. São Paulo: Vozes/CEDEC, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Lições de Liberdade e de Opressão**. O Novo Sindicalismo e a Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MORAES FILHO, Evaristo. **O Problema do Sindicato Único no Brasil**. Seus Fundamentos Sociológicos. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- OLIVEIRA, Roberto Veras de. **A CUT Somos Nós...** A Experiência-CUT e a Questão da Participação no Imaginário dos Militantes que Atuam na Paraíba. Dissertação de Mestrado, MCS-UFPb, João Pessoa, 1994.
- RODRIGUES, José Albertino. **Sindicatos e Desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difel, 1968.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **CUT: Os Militantes e a Ideologia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- \_\_\_\_\_. *As Tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais*. In BOITO Jr., A. (Org) **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

- SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entram em Cena**. Experiência e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado**. Suas Relações na Formação do Proletariado de São Paulo. São Paulo: Ática, 1981.
- SINE. **Relatório da Pesquisa Realizada nas Entidades Sindicais da Paraíba: Período Julho 91 a Outubro 92**. João Pessoa: mimeo., 1993.
- SOARES, José A. *Os Limites do Novo Sindicalismo no Nordeste*. In: **Movimentos Sociais**. Para Além da Dicotomia Rural-Urbano. Recife/João Pessoa: Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro/MCS-MSR-NDIHR, 1985.
- VIEIRA, Agamenon. **Caminhos da Construção**. Movimento Sindical e Organização Política dos Trabalhadores na Paraíba. João Pessoa: Colina da Primavera, 1986.